STJ reafirma prevalência da Convenção de Montreal sobre CDC em danos materiais

escrito por Dr. Ademilson Carvalho Santos | 09/06/2025



A Convenção de Montreal estabelece normas importantes sobre a responsabilidade das companhias aéreas em casos de extravio de bagagens, atrasos e danos. Os passageiros têm direitos garantidos, incluindo um prazo de três anos para reivindicar indenizações, que é menor do que o oferecido pelo Código de Defesa do Consumidor. O entendimento do STF reforça a validade dessa convenção no Brasil, destacando a importância da jurisprudência na proteção dos direitos dos consumidores. Entender esses aspectos pode ajudar viajantes a gerirem melhor suas expectativas e a buscarem compensações em situações de problemas

com suas bagagens.

Em um recente julgamento, o **STJ** afirmou que a **Convenção de Montreal** deve prevalecer sobre o CDC em casos de danos materiais. Você já imaginou como isso pode impactar as companhias aéreas e os consumidores? É um tema que vale a pena entender!

A decisão do STJ sobre a Convenção de Montreal

A **decisão do STJ** reafirma a importância da **Convenção de Montreal** em casos de transporte aéreo. Em situações como extravio de bagagem, a convenção pode ser extremamente relevante. Isso porque ela estabelece regras claras sobre a responsabilidade das companhias aéreas.

Quando se fala de normas de proteção ao consumidor, o Código de Defesa do Consumidor (CDC) é o principal. Contudo, a **Convenção de Montreal** se aplica também e pode prevalecer em certos casos. Isso gera discussão sobre qual norma é mais adequada em diferentes situações de danos.

O STJ reconheceu que, em muitos casos, a prescrição trienal da **Convenção de Montreal** deve ser seguida. Isso significa que o prazo para reclamar por danos é menor do que o previsto no CDC. Portanto, os consumidores precisam ter atenção aos prazos para não perderem seus direitos.

Esse entendimento do STJ demonstra a necessidade de uma análise cuidadosa em casos de transporte aéreo. Por isso, é essencial que as pessoas se informem sobre seus direitos antes de viajar. Saber que a **Convenção de Montreal** pode oferecer proteção pode evitar surpresas desagradáveis.

Além disso, essa decisão reforça a importância da jurisprudência. As companhias aéreas devem seguir essas

diretrizes, e os consumidores devem estar preparados para fazer valer seus direitos. A informação é a melhor ferramenta em casos de problemas com voos e bagagens.

O caso do extravio de bagagens

O **caso do extravio de bagagens** é um dos problemas mais comuns em viagens aéreas. Quando suas malas desaparecem, a frustração é grande. Muitas pessoas não sabem que têm direitos específicos em situações assim.

Segundo a **Convenção de Montreal**, as companhias aéreas são responsáveis pelo transporte das bagagens. Se sua mala for extraviada, você pode ter direito a indenização. Essa responsabilidade se aplica até um certo limite financeiro, que pode variar.

Além disso, cada companhia aérea possui suas próprias políticas. É importante ler as regras antes de viajar. Se ocorrer o extravio, você deve comunicar a companhia imediatamente. O registro de perda é fundamental para qualquer reclamação posterior.

Você deve guardar todos os comprovantes de despesas relacionadas ao extravio, como roupas ou itens essenciais. Esses documentos ajudarão a comprovar os gastos quando for solicitar a indenização. A companhia pode demorar para resolver a situação, por isso, paciência e persistência são essenciais.

Para evitar surpresas, considere usar uma etiqueta identificadora na sua bagagem. Isso pode ajudar a recuperar a mala mais rapidamente. Além disso, não leve itens de valor em sua bagagem despachada.

Implicações da prescrição trienal

A **prescrição trienal** é um tema importante nas discussões sobre a **Convenção de Montreal**. Essa norma define que o prazo para reivindicar direitos em casos de extravio ou danos é de três anos. Isso pode parecer um tempo longo, mas é essencial entender como isso funciona.

Quando alguém tem um problema com a bagagem, como extravio, deve saber que o prazo começa a contar a partir do momento que ocorre o evento. Assim, se você não agir rapidamente, pode perder a chance de receber uma indenização.

É fundamental que as pessoas conheçam esse prazo. A maioria dos consumidores não sabe que esse tempo é menor do que o previsto no Código de Defesa do Consumidor (CDC). Muitas vezes, o CDC oferece prazos mais longos, como cinco anos para ações de indenização.

Caso alguém não faça a reclamação dentro do prazo de três anos, perde o direito de exigir uma compensação. Isso pode causar uma grande frustração, especialmente em situações onde houve perdas significativas.

Portanto, ao perceber um problema com bagagens, notifique a companhia aérea o quanto antes. Conservar toda a documentação e comprovantes é importante. Eles poderão ser essenciais quando você for solicitar a indenização.

Entendimento do STF sobre o tema

O **entendimento do STF** sobre a **Convenção de Montreal** é muito importante. A Corte reconhece a validade dessa convenção em relação às leis brasileiras. Isso significa que as normas internacionais podem se sobrepor ao Código de Defesa do Consumidor em certos casos.

Essa decisão reforça a ideia de que as regras de transporte

aéreo são universais. Elas visam proteger todos os passageiros, independentemente de onde estejam. É um sinal de que o Brasil está aderindo a padrões internacionais.

O STF analisou várias situações onde a **Convenção de Montreal** se aplicava, especialmente em casos de extravio e danos. A Corte confirmou que, em muitos casos, as reclamações devem seguir as normas da convenção, não as do CDC.

Além disso, o STF demonstra que os prazos de prescrição regidos pela convenção são válidos. Assim, a prescrição trienal deve ser respeitada. Essa informação é crucial para qualquer um que tenha problemas com transporte aéreo.

Os consumidores devem estar cientes desse entendimento. Conhecer seus direitos é essencial. Saber que a **Convenção de Montreal** vale em terras brasileiras pode fazer a diferença em momentos difíceis.

A importância da jurisprudência na prática

A **jurisprudência** é fundamental na prática do direito. Ela ajuda a entender como as leis são aplicadas em casos reais. Isso é especialmente importante em temas complexos, como a **Convenção de Montreal**.

As decisões anteriores dos tribunais formam a base para novos julgamentos. Quando um juiz tem um caso similar, ele pode olhar para decisões passadas. Isso traz mais segurança jurídica aos cidadãos e às empresas.

Além disso, a jurisprudência esclarece dúvidas sobre casos específicos. Por exemplo, ela pode definir se uma companhia aérea deve indenizar passageiros por extravios de bagagem. Esses precedentes ajudam todos a entender seus direitos e deveres.

É importante que advogados e consumidores estejam atualizados sobre essas decisões. A jurisprudência muda com o tempo, e novas interpretações podem surgir. Portanto, acompanhar essas mudanças é essencial para garantir a proteção dos direitos dos consumidores.

Por fim, a jurisprudência é uma ferramenta poderosa na luta por justiça. Com base nela, os advogados podem construir argumentos mais fortes e efetivos. Isso pode influenciar diretamente o desfecho de um caso judicial.

Conclusão

Em resumo, conhecer os direitos dos passageiros em relação à **Convenção de Montreal** é muito importante. Entender como as **decisões do STF** e a **jurisprudência** afetam esses direitos ajuda a proteger o consumidor. Ao mesmo tempo, estar atento às regras sobre a **prescrição trienal** pode evitar surpresas desagradáveis.

Além disso, saber o que fazer em casos de **extravio de bagagens** é essencial para qualquer viajante. Comunicar prontamente a companhia aérea e guardar todos os comprovantes são passos importantes para garantir uma indenização. Assim, é possível minimizar os transtornos e garantir uma experiência de viagem mais tranquila.

Por fim, a informação é a chave para que os passageiros possam exigir seus direitos de forma eficaz. Ao se informar, você se torna um viajante mais consciente e preparado para enfrentar qualquer situação. Portanto, fique atento e sempre busque o que é melhor para você durante suas viagens.

FAQ – Perguntas frequentes sobre a

Convenção de Montreal e direitos dos passageiros

O que é a Convenção de Montreal?

A Convenção de Montreal é um tratado que regula a responsabilidade das companhias aéreas em casos de atrasos, extravios e danos a bagagens.

Quais são meus direitos se minha bagagem for extraviada?

Se sua bagagem for extraviada, você tem direito a reivindicar indenização com base nas normas da Convenção de Montreal.

Qual é o prazo para reclamar sobre extravio de bagagens?

O prazo para reclamar é de três anos a partir da data do extravio, conforme estipulado pela Convenção de Montreal.

O que a jurisprudência pode fazer pelos passageiros?

A jurisprudência ajuda a esclarecer como as leis são aplicadas em casos específicos e garante que os direitos dos passageiros sejam protegidos.

Como posso solicitar uma indenização por danos à minha bagagem?

Você deve comunicar imediatamente a companhia aérea, registrar o problema e guardar todos os comprovantes de despesas para a solicitação.

O que o STF disse sobre a Convenção de Montreal?

O STF reconheceu a validade da Convenção de Montreal, reafirmando que suas regras se aplicam e podem prevalecer sobre a legislação nacional em certos casos.

Fonte: www.conjur.com.br